

DISSOLUÇÕES DA “DICOTOMIA NORTE-SUL”: aspectos geográficos do debate sobre o desenvolvimento*

Prof. Dr. Detlef Müller-Mahn
Universität Bayreuth

Lehrstuhl für Bevölkerungs- und Sozialgeographie, D-95440 Bayreuth, Alemanha
muellermahn@uni-bayreuth.de

RESUMO

O autor procura explicar por que não faz mais sentido pensar o mundo numa forma dicotomizada como “Norte” e “Sul”. Ele argumenta, principalmente através de teorias de geógrafos alemães contemporâneos, entre os quais se destaca Fred Scholz e sua teoria do desenvolvimento fragmentador, que a globalização tem efeitos contraditórios sobre o desenvolvimento. Esses efeitos adversos são observáveis tanto no chamado “Sul” quanto no chamado “Norte”; o último deve lidar com sua própria dissolução, o que se manifesta principalmente através de novos padrões de migração.

Palavras-chave: Globalização, dicotomia “Norte-Sul”, desenvolvimento fragmentador, cooperação para o desenvolvimento, migração.

ABSTRACT

The author searches for explanations why it no longer makes sense to conceive the world in a dichotomized form as “North” and “South”. He argues that globalization has contradictory effects on development, predominantly by making reference to theories of contemporary German geographers such as Fred Scholz and his theory of fragmenting development. Adverse effects are observable both in the so-called “South” and in the so-called “North”; the latter has to deal with its own dissolution which manifests itself for example through new patterns of migration.

Key words: Globalization, “North-South” dichotomy, fragmenting development, development cooperation, migration..

RESUMEN

El autor busca explicar por qué no hace más sentido pensar el mundo en una forma dicotomizada como “Norte” y “Sur”. Él argumenta, principalmente a través de teorías de geógrafos alemanes contemporáneos, entre cuales se destaca Fred Scholz y su teoría del desarrollo fragmentador, que la globalización tiene efectos contradictorios sobre el desarrollo. Esos efectos adversos son observables tanto en el llamado “Sur” cuanto en el llamado “Norte”; el último debe lidiar con su propia disolución, lo que se manifiesta principalmente a través de nuevos patrones de migración.

Mots-clés: Globalización, dicotomía “Norte-Sur”; desarrollo fragmentador; cooperación para el desarrollo; migración..

INTRODUÇÃO

O debate atual sobre o desenvolvimento é dominado por avaliações divergentes da globalização e de suas conseqüências para os países do “Sul”. A globalização altera a geografia do mundo através de processos que se baseiam, essencialmente, em uma intensificação das relações trans-fronteiriças e em relações concorrenciais agravadas. No conseguinte perguntamo-nos quais os impactos dessas mudanças para a relação entre “Norte” e “Sul”, ou seja, entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Apoiadores da globalização vêem novas oportunidades para harmonizar as condições de vida globalmente, enquanto que os críticos alertam para um agravamento das disparidades e para uma dissolução do mundo em fragmentos ricos e pobres (MENZEL 1998, ZIAI 2000).

Como ponto de partida nos serve a seguinte hipótese de Fred Scholz, enunciada na sua teoria do desenvolvimento fragmentador: a globalização impossibilita que os povos do “Sul” se desenvolvam progressivamente para alcançar os países desenvolvidos (SCHOLZ 2000, 2002, 2004). Para discutir essa hipótese precisa-se de duas coisas: primeiro, esclarecer o que “desenvolvimento” e “globalização” significam para as relações “Norte-Sul” e como estes dois processos se inter-relacionam; segundo, é preciso mostrar, com exemplos, alguns dos padrões espaciais e imagens

(*) Tradução do original (MÜLLER-MAHN, Detlef. Die Auflösung von Norden und Süden: geographische Aspekte der Entwicklungsdebatte. In: Geographie: Physische Geographie und Human-geographie. München: Spektrum, 2007. p. 853-867.) realizada por Paul Sutermeister - pauls@usp.br.

do “novo Sul” produzidos pela globalização. Finalmente, deve-se perguntar como a globalização altera o(s) contexto(s) nos quais as políticas de desenvolvimento surgem.

OPOSIÇÕES GLOBAIS

Os pontos cardeais norte e sul servem, no debate sobre o desenvolvimento, como metáforas para posicionar grupos de países e regiões num “sistema global de coordenadas do desenvolvimento”.¹ Eles servem para a descrição de uma oposição tanto espacial quanto qualitativa no mundo: de um lado, os países ricos, de outro lado, os pobres. No entanto, se uma tal visão dicotômica pode captar a realidade do desenvolvimento no mundo é algo controverso, pois enquanto o fosso entre pobres e ricos cresce constantemente, observa-se, do outro lado, uma reorganização e dissolução parcial dos antigos padrões territoriais.

Desde o início da industrialização, a disparidade de renda entre países desenvolvidos e em desenvolvimento continua a crescer cada vez mais, como mostra a curva de renda per capita dos cinco países mais ricos e mais pobres para anos selecionados desde 1820.² Enquanto a renda per capita aumentou exponencialmente nos países mais ricos, houve tendência inversa nos países mais pobres, onde a renda até mesmo diminuiu: as pessoas tornaram-se mais pobres. Esse crescente contraste econômico reflete-se também nos três indicadores de desenvolvimento social (expectativa de vida ao nascer, taxa de alfabetização, poder de compra real per capita) que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Particularmente notável é que, em vários países do mundo, o IDH³ até diminuiu na década de 1993 a 2003, o que significa que as condições de vida se deterioraram ainda mais. Esses países incluem alguns dos ex-países socialistas em transformação, mas sobretudo aos países mais pobres na África subsaariana.

No entanto, os dualismos clássicos entre países industrializados e países em desenvolvimento, entre Primeiro e Terceiro Mundo e entre centro e periferia, tornam-se cada vez mais difusos, pois vivenciamos, nas condições da globalização, uma pluralização de vias para o desenvolvimento, bem como uma dissolução de antigas unidades territoriais. O número de interdependências transfronteiriças aumenta, e Estados-nações perdem sua influência sobre processos econômicos; e também em contextos de pequena escala, os processos de desenvolvimento são cada vez mais heterogêneos. Por causa de desindustrialização, pobreza e imigração surgem enclaves do “Sul” no meio das metrópoles do “Norte”, enquanto que em muitos países em desenvolvimento, os ricos se encerram em ilhas de prosperidade, em seus condomínios fechados, protegendo-se das massas desprovidas. “Norte” e “Sul” deixam de ser tão claramente definíveis como grandes blocos opostos. Eles penetram-se mutuamente, sem superar as contradições. As relações tornam-se mais complexas e perdem suas estruturas espaciais simples.

Os atuais processos de crescente interdependência global têm múltiplos efeitos sobre a relação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Isso manifesta-se em novos padrões de distribuição da riqueza e de distribuição das oportunidades de participação, tanto em escala global, quanto em cada país, e mesmo em contextos menores. A globalização altera o contexto para desenvolvimentos locais, obrigando-nos a questionar algumas das assunções básicas do debate sobre o desenvolvimento; a globalização coloca as políticas do desenvolvimento diante de desafios novos.

PROCESSOS: A RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO E GLOBALIZAÇÃO

O desenvolvimento e a globalização, os dois conceitos fundamentais do debate atual sobre o desenvolvimento, descrevem dois processos fundamentalmente diferentes. Nos discursos científicos, ambos os conceitos são problemáticos por várias razões: porque não existem definições geralmente aceitas para eles, porque eles carregam valores difusos e porque eles englobam uma variedade demasiado grande de posições diferentes e mesmo contraditórias sob um só conceito (KÖSSLER 1998, DÖRFLER et al. 2003).

O que significa “desenvolvimento”?

Nas ciências, o conceito de desenvolvimento é controverso, mas no debate sobre as políticas de desenvolvimento, o conceito é utilizado de maneira pragmática. Na prática, na realização de projetos, entende-se por desenvolvimento um processo que visa à melhoria de uma situação ou partes/indicadores dela (NOHLEN, NUSCHELER 1993). Tal conceito de desenvolvimento inclui a idéia de que os processos conducentes à melhoria desejada seriam, de forma alguma, planejáveis, controláveis e mensuráveis, por exemplo através de projetos de cooperação para o desenvolvimento. O que o desenvolvimento significa num caso concreto depende das prioridades tomadas para alcançar a “melhoria” desejada, ou seja, de crescimento econômico, de promoção de emprego, de equidade, de participação política ou de independência – ou de todos esses elementos juntos, como descrito no “pentágono mágico do desenvolvimento”, que Nohlen e Nuscheler (1993) propõem em seu livro “Manual do Terceiro Mundo”, que foi reeditado várias vezes.

A heterogeneidade dos conceitos de desenvolvimento não surpreende, pois as metas de desenvolvimento estão intimamente ligadas às perspectivas e aos valores das pessoas que planejam e encabeçam os processos de desenvolvimento. Como mínimo denominador comum na definição universal de metas de desenvolvimento considera-se a satisfação de necessidades básicas: alimentação básica, vestuário, abrigo, instituições de saúde e de educação (NUSCHELER 1996). Porém, mais além disso, as opiniões sobre as “boas/verdadeiras” metas e caminhos para o desenvolvimento divergem muito devido, entre outras coisas, às opiniões divergentes sobre as causas dos problemas do subdesenvolvimento. Para discutir esse problema, dois “campos teóricos” antagônicos formaram-se já nos anos 1970, grosseiramente simplificados na tabela abaixo (SCHOLZ 2004). Enquanto que as teorias da modernização buscam as causas do subdesenvolvimento nos países em desenvolvimento, as teorias da dependência responsabilizam a relação desigual entre “Norte” e “Sul” assim como as dependências que continuaram a existir também depois do fim da época colonial. Com base nestes diagnósticos conflitantes do subdesenvolvimento, os dois principais campos teóricos chegam a conclusões (estratégicas) opostas sobre a forma como estes problemas deveriam ser superados. Abordagens estratégicas com base na teoria da modernização visam a uma maior integração no mercado mundial, enquanto que as abordagens da teoria da dependência visam primeiramente uma separação parcial e temporária do mercado mundial e recomendam um desenvolvimento auto-centrado, um desenvolvimento “orientado para dentro”. Mas ambos os campos teóricos estão, em última análise, em acordo que um desenvolvimento recuperador seria possível mediante crescimento econômico.

Em outras palavras: apesar da grave controvérsia em torno do subdesenvolvimento e de suas possíveis soluções, o debate sobre o desenvolvimento segue uma meta comum: a de alcançar um grau de desenvolvimento parecido ao dos países “já desenvolvidos”. Mas hoje põe-se a questão se essa meta é, nas condições da globalização, realista ou não.

Tabela 1 – Posições básicas das teorias da modernização e da dependência

	TEORIAS DA MODERNIZAÇÃO	TEORIAS DA DEPENDÊNCIA
Causas do Subdesenvolvimento	Causa endógenas preponderantes: sistema/economia atrasados	Causa exógenas preponderantes: colonialismo; deformação estrutural; dependência; comércio desigual
Indicadores do Subdesenvolvimento	Baixa renda per capita	Dívidas externas; termos de intercâmbio (terms of trade)
Conceitos e Padrões Espaciais do Subdesenvolvimento	Dualismo de regiões desenvolvidas	Centro-Periferia; marginalização; heterogeneidade estrutural
Estratégias Para o Desenvolvimento	Desenvolvimento recuperador através da modernização; exportações	Desenvolvimento recuperador auto-centrado; substituição de importações
Modelo de desenvolvimento	“Progresso” a exemplo dos países desenvolvidos	Emancipação; necessidades dos países em desenvolvimento
Objetivos do Desenvolvimento	Modernização e crescimento econômico	Independência e crescimento econômico

O que é “globalização”?

Globalização é um conceito empírico, ou seja, não se baseia num consenso teórico, mas em experiências quotidianas, experiências que são muito heterogêneas, dependendo da perspectiva do sujeito. Cada dia novamente vivencia-se a inter-relação entre acontecimentos e mudanças distantes entre si, a rapidez dessas inter-relações e a enorme diversidade de suas conseqüências. A globalização é um fenômeno profundamente contraditório de nossa época, fenômeno que inclui processos diversos, criando uniões e divisões simultaneamente. No centro desses processos está o aumento das interdependências trans-fronteiriças na produção, no comércio, na circulação de capital e de informações. Destaca-se a velocidade sem precedentes desses fenômenos nas últimas duas décadas do século XX, uma velocidade que se tornou possível graças aos avanços nas tecnologias da comunicação e no(s) transporte(s) (BECK 1997).

A aceleração e a intensificação de relações de intercâmbio levam a um agravamento da concorrência global, alterando políticas, economias e sociedades. Por causa dessas interações globais, os Estados perdem partes de seu poder sobre a economia doméstica. A força estruturadora de distâncias espaciais e de fronteiras diminui, enquanto os fluxos de capitais, de informações e de mercadorias crescem. A globalização é acompanhada por reconfigurações espaciais, levando, nos últimos anos, a uma reorientação conceitual da geografia e suas ciências vizinhas. Interessamo-nos, neste contexto, por uma perspectiva relacional, por uma perspectiva que enfatiza as relações, interações e redes. Manuel Castells (1996) diagnostica uma “liquefação” do espaço, que se manifesta na transformação do espaço de lugares num espaço de fluxos. Na sociedade em rede, a nova lógica do espaço deixa de ser determinada por unidades territoriais político-administrativas delimitáveis, mas passa a ser determinada pelos centros de controle, pontos de interseção/cruzamento e redes de fluxos globais.

As contradições da globalização e de seus fenômenos depende fundamentalmente do significado alterado do conceito de espaço. Observa-se, por um lado, processos de desterritorialização, da dissolução de fronteiras e da ubiqüidade crescente de bens e de saber/conhecimentos; mas observa-se, por outro lado, processos de re-territorialização: culturas locais ganham importância, e o espaço de fluxos manifesta-se em determinados lugares. A globalização não leva de forma alguma ao fim da geografia, mas a transforma de maneira fundamental (SWYNGEDOUW 1997).

Um dos pré-requisitos para os atuais processos de integração global foi a superação do conflito Leste-Oeste e do conflito entre Primeiro e Segundo Mundo ao final dos anos 1980. O conceito de Terceiro Mundo tornou-se obsoleto, mas as massas de pessoas nos países em desenvolvimento continuam sendo excluídas do “mundo dos fluxos”, ou pelo menos não participam dos lucros que surgem da crescente interdependência. A globalização da economia é, estritamente falando, não global, mas concentra-se nos países da tríade: Europa, América do Norte e Ásia Oriental. Isso tem conseqüências diretas/imediatas para as relações entre países industrializados e países em desenvolvimento, e sobre as perspectivas de desenvolvimento do “Sul” (SCHOLZ 2000). Zeller (2004) interpreta a globalização como fase atual do regime da acumulação capitalista que se impõe no contexto de uma divisão internacional do trabalho extremamente desigual, e que leva a uma “economia global de desapropriação”.⁴

Desenvolvimento Fragmentador

A geografia da globalização é caracterizada não apenas por relações trans-fronteiriças e globais, mas também por processos de exclusão, pela criação de novas barreiras e pelo agravamento de disparidades. A fragmentação representa, de certa maneira, o lado negativo da globalização (MENZEL 1998). Na sua teoria do desenvolvimento fragmentador, Scholz (2002) oferece explicações geográficas que tematizam o fenômeno de “um mundo em fragmentos” assim como as relações “Norte-Sul” e suas perspectivas futuras. O desenvolvimento fragmentador provocado pela concorrência ilimitada leva à formação de unidades espaço-funcionais com diferentes graus de integração global e participação física, tanto em escala mundial quanto em pequena escala local.

Em contextos locais de pequena escala mostra-se a fragmentação pela coexistência de fragmentos urbanos espacialmente segregados com grau variável de integração global. Os lugares globalizados, em particular, são caracterizados por fortes contrastes sociais e espaciais entre os condomínios fechados dos ricos e os extensos bairros pobres. Mas mesmo no meio das metrópoles do “Norte” propagam-se bairros pobres, que, freqüentemente, são habitados por imigrantes provenientes dos países do “Sul”. Sob as condições da globalização, os lugares e os atores neles localizados encontram-se em concorrência extrema. Os lugares globalizados, em particular, podem converter-se, de hoje para amanhã, numa parte da nova periferia, sempre quando uma empresa multinacional (um “global player”) decide deslocar sua produção para países com custos trabalhistas mais baixos, quando o turismo se desloca para outras regiões devido a distúrbios políticos, ou quando os padrões de consumo e de demanda no “Norte” se modificam.

O “novo Sul” consiste, conforme a lógica do desenvolvimento fragmentador, em poucos lugares globalizados que se encontram isolados num “mar de pobreza”. A globalização é considerada, nesse sentido, como processo econômico; mas ela inclui também dimensões culturais e sociais que produzem uma variedade de imagens do “novo Sul”.

IMAGENS ESPACIAIS DO “NOVO SUL”

Os lugares globalizados estão localizados no “Sul”, mas estão estreitamente integrados no mercado global e em seus ciclos econômicos. Eles estão entre si mesmos numa feroz concorrência global em torno de capital de investimento e de acesso a mercados, situação que os obriga criar situações favoráveis para atrair investimentos, por exemplo através de baixos custos trabalhistas, uma legislação fiscal favorável às empresas estrangeiras ou uma reduzida legislação de proteção ambiental. O desenvolvimento espacial dos lugares globalizados é caracterizado por vários aspectos: um elevado ritmo de crescimento dos setores que estão integrados no mercado mundial, processos de deslocamento/suplantação em detrimento de todos os outros setores, contrastes sociais acentuados, uma fragmentação sócio-espacial, inclusive uma extrema volatilidade e imprevisibilidade do desenvolvimento econômico.

Lugares globalizados: Bangalore e Cairo como exemplos

As características de um lugar globalizado acima enumeradas podem ser observadas de maneira exemplar na cidade industrial indiana de Bangalore, que, desde meados da década de 1980, se converteu num centro de alta tecnologia com mais de 700 empresas de Tecnologia da Informação (TI) com aproximadamente 80.000 empregados (DITTRICH 2004). A indústria TI depende altamente do exterior, o que se manifesta no fato de que mais da metade dos estabelecimentos em Bangalore vem do exterior e 80 por cento da produção é exportada. O mapa (Figura 1; BDA significa Bangalore Development Authority⁵) mostra que as formações econômicas orientadas para o mercado mundial, devido a seu maior poder de compra, têm a capacidade/possibilidade de se expandir no centro financeiro (Central Business District) e em bairros residenciais abastados e, desta maneira, deslocam/suplantam as formações econômicas localmente ancoradas, preenchendo essas regiões privilegiadas. Os altos salários no setor TI têm grandes efeitos positivos sobre o moderno setor de serviços (médicos, escolas privadas etc.), que se estima empregar em até 100.000 pessoas, e têm efeitos positivos sobre o setor informal que é ainda muito maior, e que inclui os setores da construção e dos transportes, o comércio a retalho e massas de empregados e ajudantes domésticos. Mas à dinâmica de crescimento induzida pelo mercado mundial são associados também inúmeros problemas, como, por exemplo, a extrema e crescente escassez de água, o fornecimento precário de energia e habitação da população pobre urbana e a propagação de favelas. Se olharmos para o impacto social da globalização em Bangalore (Figura 2), pode-se afirmar que são principalmente os membros da classe alta e partes da classe média que se beneficiam do crescimento de rendimento da economia globalmente integrada, enquanto as massas da população permanecem não só mar-

ginalizadas, mas também até afetadas negativamente pelos efeitos da concorrência, suplantação e deslocamento de setores por outros setores.

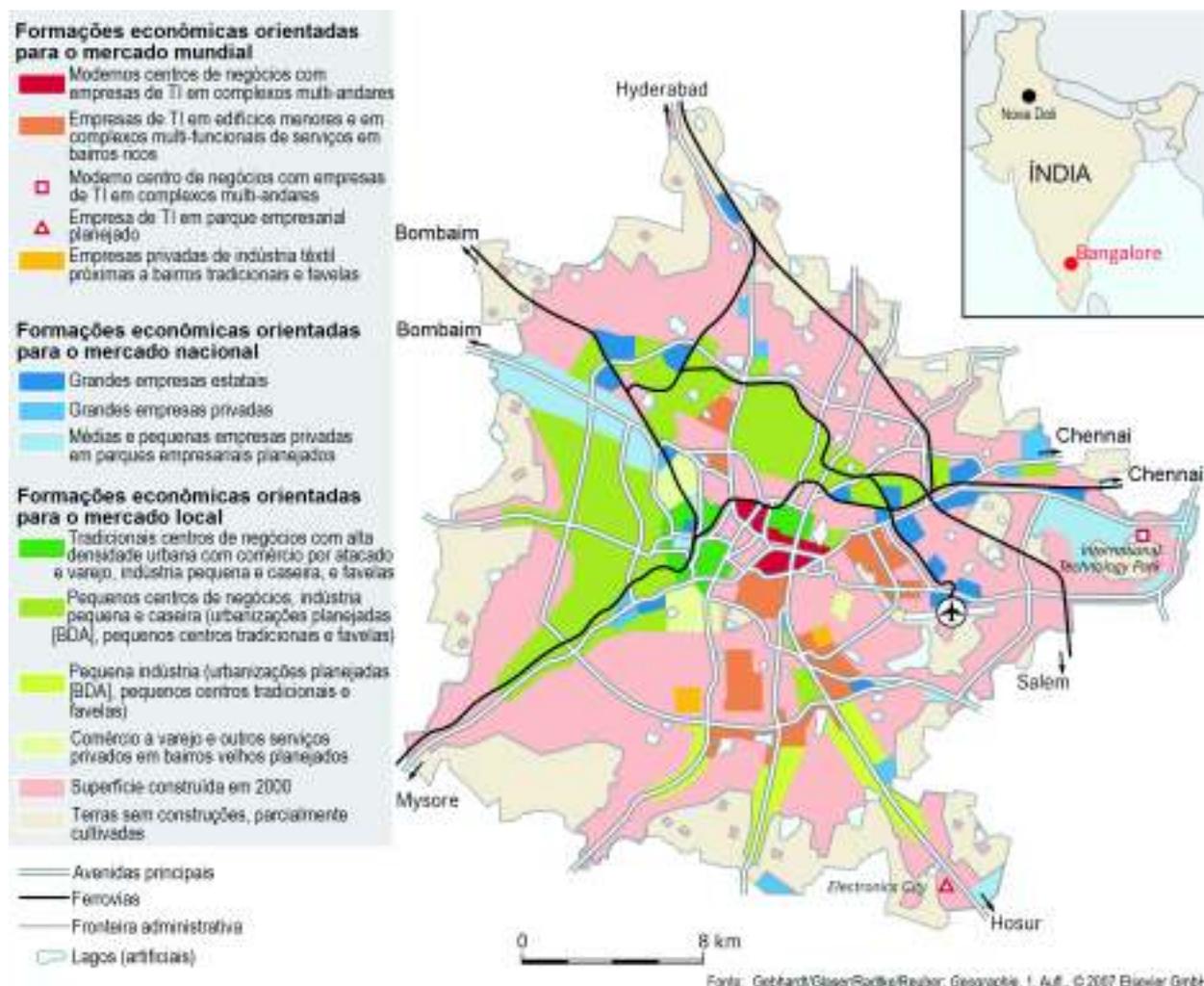


Figura 1 – Fragmentação e integração ao mercado mundial na cidade de Bangalore (adaptado de DITTRICH 2004)

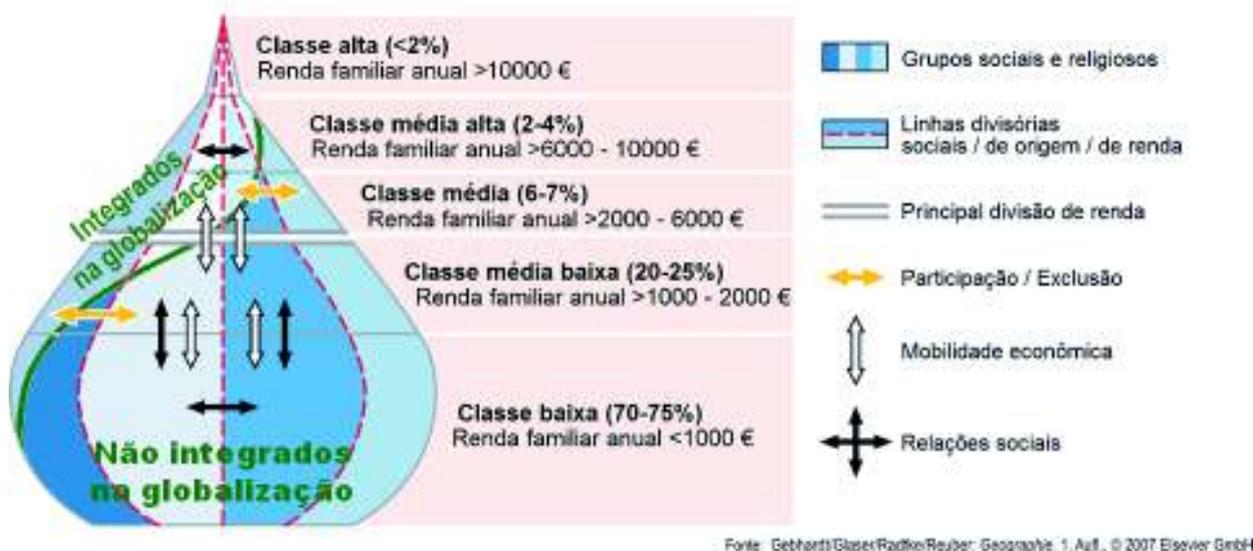
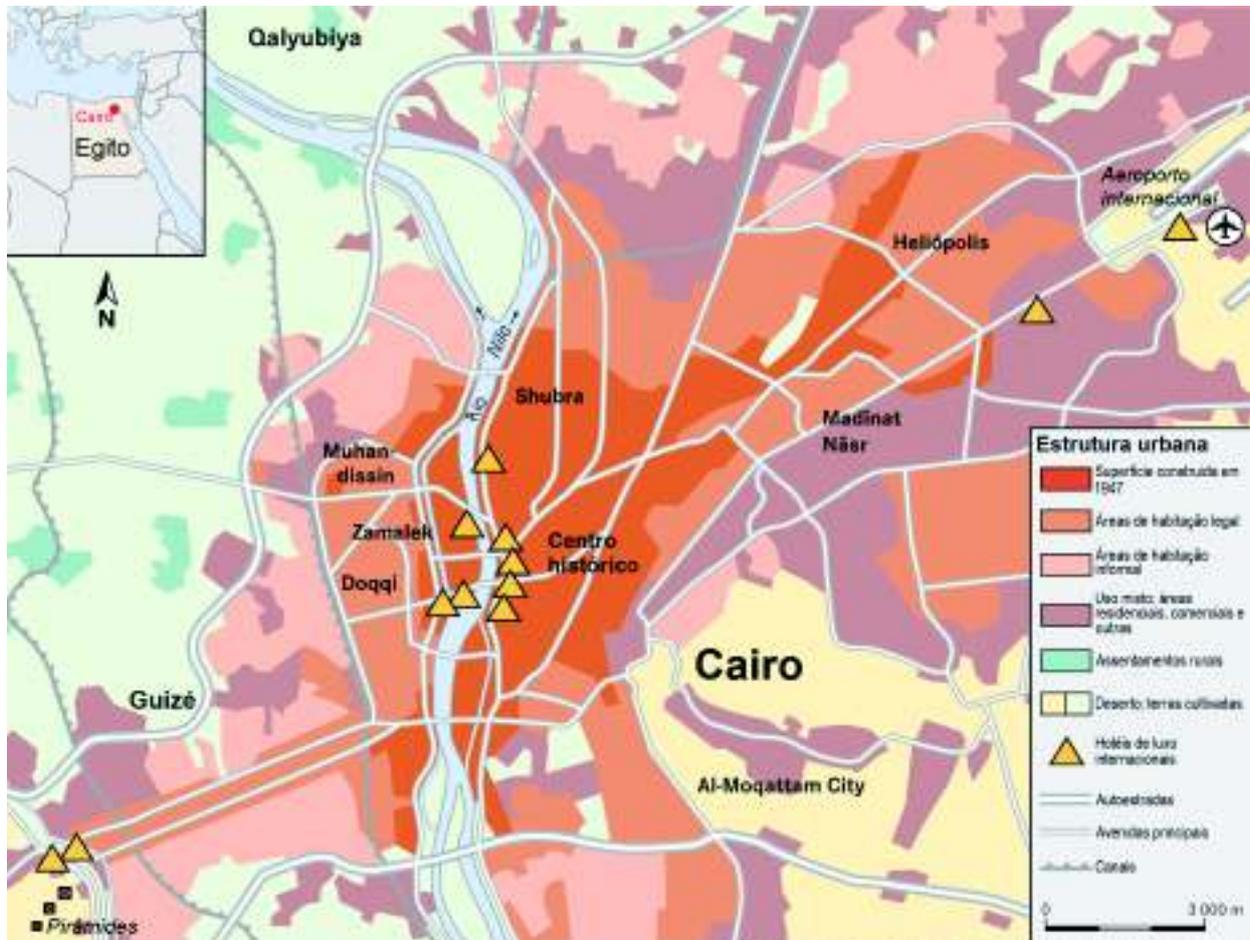


Figura 2 – Efeitos sociais da integração no mercado mundial; caso de Bangalore (adaptado de DITTRICH 2004)

Um segundo exemplo dos efeitos fragmentadores da globalização num lugar globalizado encontramos na cidade do Cairo (Figura 3). O número de habitantes na aglomeração da capital egípcia duplicou nas últimas três décadas chegando a perto de 15 milhões hoje. A população cresceu principalmente nos bairros de habitação informal, que aumentaram muito em superfície, e nos bairros antigos da cidade, que aumentaram muito em densidade. Um motor do crescimento econômico do Egito é o turismo internacional, o que se reflete, entre outras coisas, na construção de uma série de hotéis de luxo em lugares proeminentes no centro da cidade.



Fonte: Gerhard/Glaser/Fatko/Rauber: Geographie 1. Aufl., © 2017 Elsevier GmbH

Figura 3 – Hotéis de luxo e favelas na cidade de Cairo.

Riqueza e pobreza coexistem no Cairo, bem como em Bangalore, em vizinhança imediata, o que leva a diversas tensões sociais. Ambos os casos se tornam problemáticos, principalmente porque a dinâmica econômica desses lugares globais está vinculada à integração global de um único setor, sendo, assim, vulnerável a perturbações de curto prazo: no Cairo, por exemplo, os movimentos islâmicos radicais encontram forte apoio nas favelas da cidade. O turismo internacional reage de maneira extremamente sensível sempre quando o governo não consegue manter sob controle esse risco latente de insegurança.

O mar de pobreza

São designadas como “nova periferia” ou “mar de pobreza” as vastas áreas que, no atual ritmo de crescimento da economia global, ocupam apenas uma posição marginal (SCHOLZ 2004). Cerca de 3 bilhões de pessoas estão obrigadas de sobreviver com menos de 2 dólares per capita por dia. Cerca de 1,4 bilhões de pessoas ainda vivem em pobreza absoluta e dispõem de menos de

um dólar por dia. Pobreza absoluta significa que os afetados nem sequer são capazes de recuperar as suas necessidades básicas que lhes faltam, ou que eles sofrem de desnutrição, não têm acesso a água potável, instituições de saúde ou educação, e que eles têm desvantagens jurídicas. A nível mundial, um bilhão de pessoas continua sofrendo de fome.

A maior proporção de pessoas famintas, ou seja, cerca de um terço da população mundial, vive na África subsaariana. Dos 49 países do mundo considerados pelas Nações Unidas como países menos desenvolvidos (least developed countries), 34 encontram-se na África. O continente representa de certa forma, o centro do “mar de pobreza” mundial. É notável que, segundo estatísticas de organizações internacionais (Banco Mundial 2005, PNUD 2005), a distribuição regional da pobreza no mundo nos últimos anos tem sido trasladada geograficamente. A proporção dos absolutamente pobres, com uma renda diária per capita de menos de um dólar, diminuiu no período de 1981 a 2001 de dois quintos para um quinto da população mundial, devido, sobretudo, ao acentuado declínio da pobreza no Leste e no Sul da Ásia. Em contraste com essa tendência global, a taxa aumentou e aumenta ainda mais na África subsaariana, onde hoje inclui quase metade da população.

Seguindo a lógica da globalização, a massa dos pobres do mundo não importa para a economia mundial. Como consumidores eles desempenham, no contexto mundial, nenhum papel, porque não podem pagar o luxo do “Norte”. Mesmo como produtores apenas alguns deles são necessários para a extração de recursos minerais e matérias-primas. Para além destas formas econômicas majoritariamente não-sustentáveis, as pessoas da nova periferia dispõem de poucas oportunidades para participação no desenvolvimento atual da economia global. No entanto, elas permanecem afetadas pelas mudanças globais, e sua designação como “mundo que está excluído/fora da economia mundial”⁶ é enganosa, porque com essa designação indica-se apenas a posição subordinada desses países numa hierarquia mundial de poder e de prosperidade, sem, portanto, dar conta de outras relações e interações. Estas incluem, entre outras coisas, a desestabilização política (capítulo 4.3), a migração transnacional (capítulo 4.4) e o intercâmbio cultural (capítulo 4.5) – processos que também marcam as imagens espaciais do “novo Sul”, como veremos.

Espaços de conflito e de violência: “Norte” e “Sul” num “choque de civilizações”?

O debate público é hoje ainda influenciado pela teoria do “choque de civilizações” do cientista político americano Samuel Huntington (1997) que pretende, através de uma espécie de uma “tectônica global de placas culturais”,⁷ explicar novos padrões de conflito após o fim da confrontação Leste-Oeste, e forneceu, desta maneira, munição para políticas externas estadunidenses intervencionistas. De acordo com estas idéias, os novos grandes conflitos surgem com o choque entre grandes regiões culturais-religiosas (“choque de civilizações”) e manifesta-se, particularmente, nos limites das “placas”. A zona mais conflituosa entre todas existiria, segundo essa visão, atualmente onde o Oriente islâmico colide com sociedades cristão-liberais: nos Balcãs, no Mediterrâneo, no Iraque.

Na discussão científica, a tese do “choque de civilizações” enfrenta críticas enormes, em parte devido à projeção das culturas em entidades territoriais com limites externos fixos (KREUTZMANN 2002). Apesar dessa falácia, a tese mostrou-se politicamente eficaz: a “guerra contra o terrorismo” declarada pelos Estados Unidos após os atentados de 11 de Setembro 2001 dirigiu-se contra um adversário localizado, principalmente, no mundo islâmico. A consequência é que uma grande parte do “Sul” entrou na mira de uma política de segurança mundial hegemônica, e que a política de desenvolvimento obedeceu de novo a lógica amigo-inimigo, lógica que já prevaleceu durante a era da Guerra Fria.

Com uma tal tese não se dá conta do fato de que inicialmente, muitos conflitos locais tinham nada a ver com um “choque de civilizações”, mas aconteceram dentro de grandes espaços culturais e não entre eles. Isto é particularmente verdade para o continente Africano, onde a maioria dos conflitos armados e guerras civis nos últimos anos não derivaram do conflito entre diferentes sistemas, mas do enfraquecimento ou mesmo do colapso dos próprios sistemas estatais (Figura 4). O

fenômeno dos “Estados fracassados” na África está intimamente relacionado com a globalização, porque a concorrência global ilimitada em torno de recursos naturais, o comércio mundial de armas e a corrupção galopante, a propagação de guerras entre clãs, finalmente, têm facilitado o colapso de Estados inteiros.

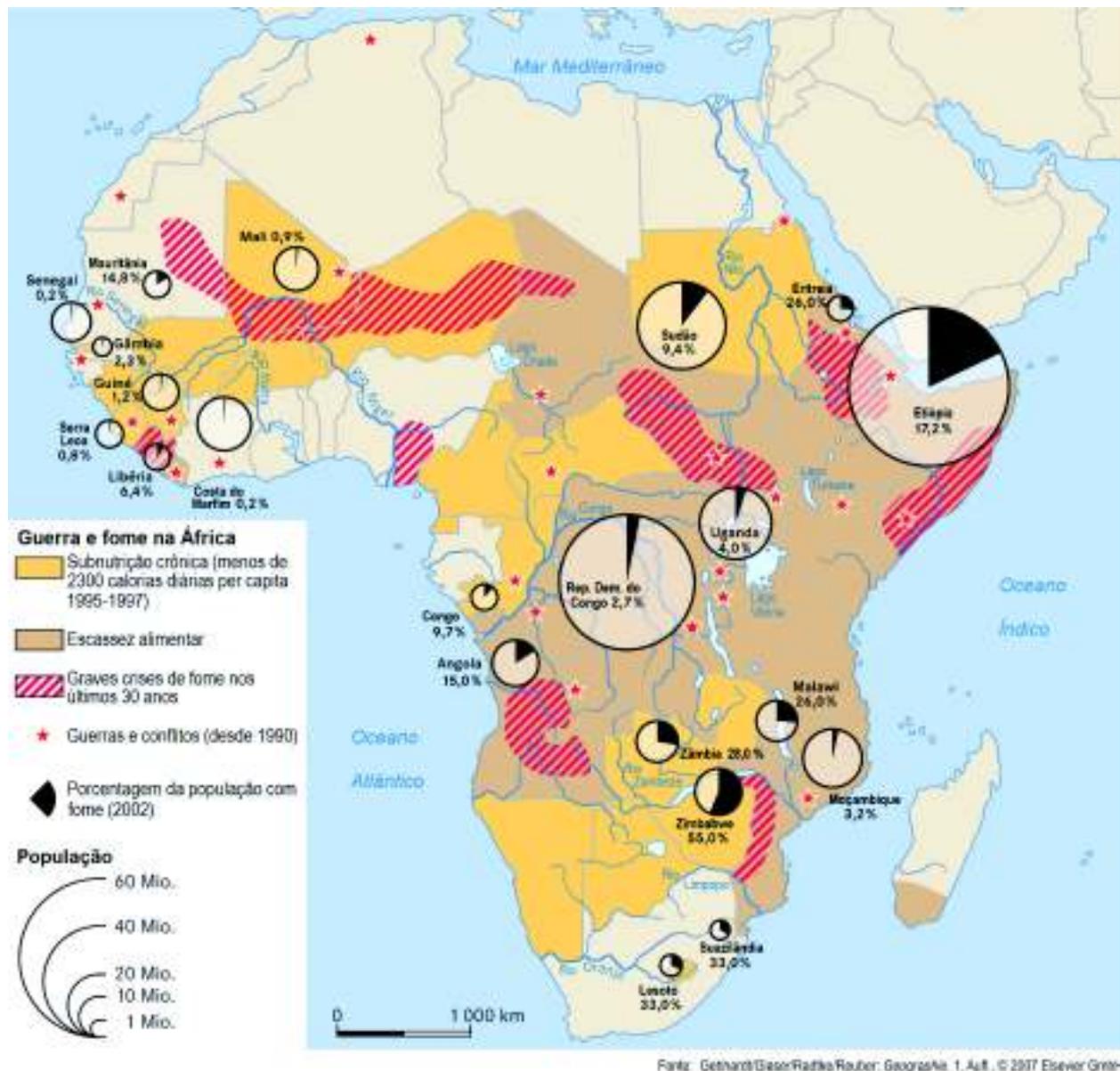


Figura 4 – Guerra e fome na África desde 1990 (adaptado de: Berliner Zeitung 2003, Le monde diplomatique 2003).

A “globalização da insegurança” (ALTVATER e MAHNKOPF, 2002) manifesta-se numa crescente informalização do Estado, das normas, da organização do trabalho, ou da transferência de capital. O resultado é um enfraquecimento da segurança humana em várias áreas, perceptível em fenômenos tais como a crescente corrupção, o branqueamento de capitais, a dissolução de sistemas de solidariedade e o “seqüestro” de Estados inteiros por criminosos.

Partes desses aspectos também podem ser interpretadas como uma estratégia do “Sul” para escapar das tentativas hegemônicas de controle do “Norte”. Existem relações informais entre lugares do “Sul” que estão distantes entre si, relações que são muitas vezes baseadas em redes; servem como exemplos as relações das minorias chinesas no Sudeste da Ásia, ou as relações entre o Sul da Arábia e a África Oriental que existem já há séculos (MÜLLER-MAHN, 2005). Essas redes

transnacionais facilitam as relações econômicas nas condições de insegurança e de concorrência global. O sistema hawala, por exemplo, originário do comércio a distância árabe, permite transferências de dinheiro baseadas apenas em acordos e códigos verbais, sem deixar rastros. Esse sistema permite fazer transferências de dinheiro em países que não dispõem de um sistema bancário efetivo. Para trabalhadores migrantes somalis na Península Arábica, hawala é a única forma possível de enviar dinheiro para seus familiares. Ao mesmo tempo, existem suspeitas de que esse sistema de transferências financie o terrorismo internacional.

Espaços sociais transnacionais

Fluxos migratórios trans-fronteiriços e mesmo transcontinentais acompanham o declive de riqueza do “Sul” ao “Norte”; esses fluxos confrontam as sociedades européias, que se consideram a si mesmas como “abertas”, com problemas cada vez mais graves: a “liberalidade” / o liberalismo e as políticas de integração, mas também o interesse em mão de obra barata, entram em conflito com preocupações de segurança, com o medo de mudanças demográficas e com políticas de isolamento. A União Européia não consegue mais controlar a “transmigração” tão facilmente como durante a Guerra Fria, quando ela fechou simplesmente as fronteiras externas. Sob as condições da globalização surgiram novos padrões de migração, que deixam de ser explicáveis através de fatores simplistas do tipo push-and-pull, mas que precisam ser explicados através de relações circulares e redes entre origem e destino dos migrantes (Figura 5). Esse tecido social trans-fronteiriço estrutura as ações de grupos de migrantes e coloca assim o processo de migração num mesmo contexto de origem e destino dos migrantes, um contexto que pode ser designado como espaço social transnacional (PRIES 1998).

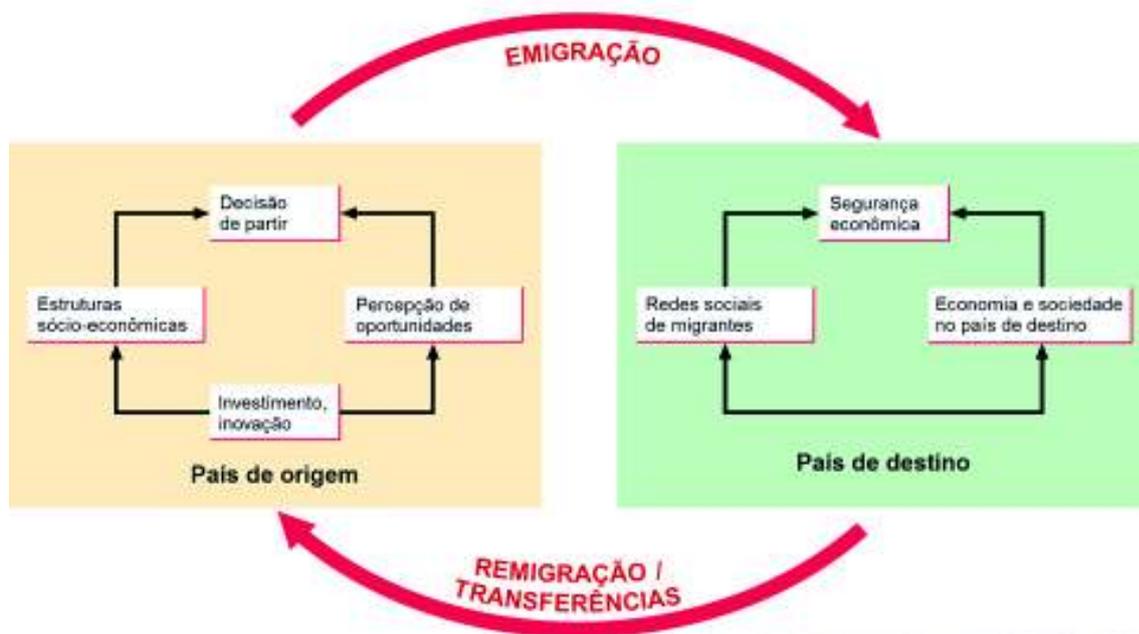


Figura 5 – Relação entre origem e destino da transmigração.

A migração dos trabalhadores da comunidade egípcia de Sibrbay para Paris ilustra o surgimento de um tal espaço social transnacional (Figura 6). Várias centenas de homens (e, mais recentemente, também algumas mulheres) migraram nas últimas duas décadas para França, onde hoje quase todos trabalham como pintores (MÜLLER-MAHN 2002). O mapa mostra a ampla disseminação das rotas de chegada, baseadas em dados representativos, dos imigrantes que são categorizáveis em diferentes

faixas e fluxos de imigrantes, destinados a superar as fronteiras externas dos Estados Schengen. Eles chegaram em Paris sem documentos oficiais, como *sans-papiers*, e dependiam inicialmente da ajuda de parentes e vizinhos de sua origem (egípcia) que já viviam em Paris, a fim de encontrar trabalho e rendimento nesse novo ambiente. Graças às suas redes sociais, quase todos os imigrantes de Sibrbay tiveram, de maneira relativamente rápida, bastante sucesso para liquidar suas dívidas dos elevados custos de viagem, e eles conseguiram enviar parte de seus rendimentos para sua casa no Egito. Na comunidade de origem (Sibrbay), as remessas, provenientes dos trabalhadores migrantes, são utilizados principalmente para a aquisição imobiliária e para a manutenção das famílias. Mas desta maneira agravam-se as disparidades sócio-econômicas existentes no seio da comunidade (egípcia). O influxo de capital causou um enorme aumento dos preços dos lotes em Sibrbay e reforçou, desta maneira, a pressão para que mais homens jovens emigrem, o que lhes permitiria, num futuro, financiar sua casa própria e fundar uma família. A maioria dos trabalhadores migrantes de Sibrbay pretendem voltar à sua terra a partir do momento no qual eles terão ganhado bastante no estrangeiro. Assim, eles vivem durante muitos anos numa espécie de “espaço de transição” entre a sua pátria e seu local de trabalho na Europa, e eles tentam instalar-se em ambos locais.

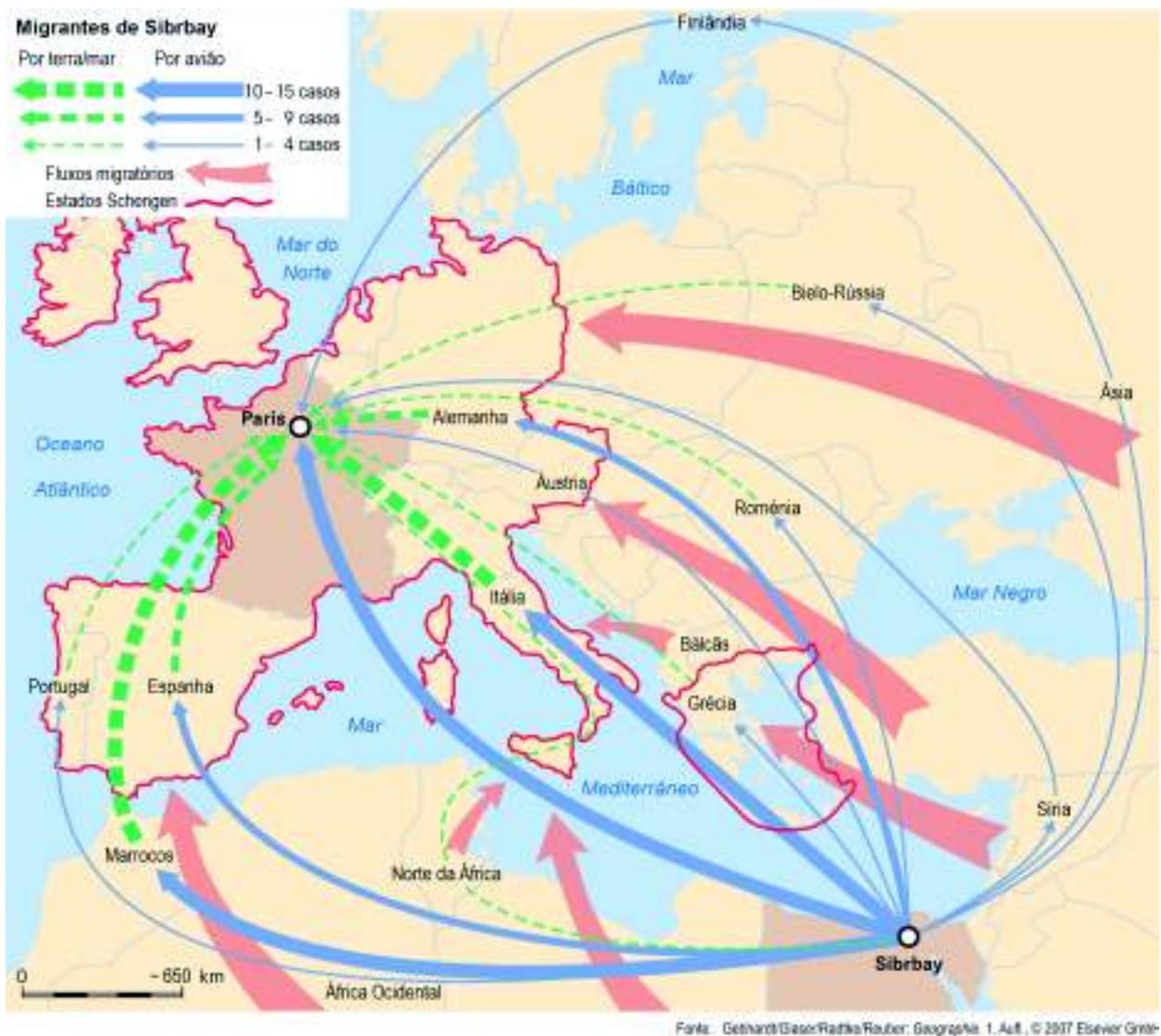


Figura 6 – Fluxos migratórios para Europa

Culturas híbridas

A tese de Huntington do “choque de civilizações” concentra-se, de maneira doutrinária, nos conflitos que podem resultar de contatos culturais; no entanto, a tese ignora (plenamente) os processos de intercâmbio e mistura. Na verdade, a dominação do “Norte” na globalização econômica tem efeitos ambivalentes sobre as culturas do mundo. Por um lado, as hierarquias globais de poder, contatos e comunicação, reforçam a disseminação de padrões de consumo e estilos de vida norteamericano-ocidentais também nos países do “Sul”. As tendências de homogeneização (“McDonaldização”) baseiam-se nas atividades de empresas que operam globalmente e são apoiadas pela indústria cultural global (Hollywood) e pelos instrumentos de publicidade. Mas deve-se constatar também que a adoção de práticas culturais alheias é muitas vezes bastante superficial, devido a que não se adota o conjunto da outra cultura. O consumo de fast food norteamericano também pode ser compatível com culturas locais em Moscou ou em Meca; e Berlim não se converte numa cidade turca só porque o Döner Kebab substitui a salsicha alemã. Estes são – objetivamente – processos pouco espetaculares, porque as culturas do mundo são desde sempre, não apenas desde o início da atual fase de globalização, em contato intenso. No discurso acadêmico, no entanto, permanece controverso se estes fenômenos deveriam ser interpretados como uma expressão de uma convergência de culturas globais, ou se observaríamos, na realidade, uma transformação cultural muito mais profunda.

Uma característica das conseqüências culturais da globalização parece ser os processos de adoção, de rejeição e de mistura de culturas, que levam à mudança/alteração de culturas existentes e à criação de culturas novas. A hibridação cultural é criada pela combinação de elementos de várias culturas, constituindo algo novo. Isto acontece através do envolvimento de horizontes de ação locais com horizontes de ação globais, ou também através da adoção local de influências globais. Um “motor” para o aparecimento de culturas híbridas são os fluxos migratórios trans-nacionais, que já levaram milhões de pessoas da África e de outros continentes subdesenvolvidos aos centros da economia mundial. Um exemplo típico destas emergentes “culturas híbridas” são os imigrantes oriundos do Magrebe na França, ou os turcos na Alemanha. Imigrantes de primeira geração mantêm, muitas vezes, laços estreitos com os seus países de origem, e muitos pretendem voltar um dia à sua pátria com o dinheiro poupado. Mas as gerações seguintes, as crianças já nascidas na Europa, têm outras idéias e adotam referências culturais diversas.

COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NAS CONDIÇÕES DA GLOBALIZAÇÃO

A cooperação para o desenvolvimento depende, tanto no “Norte” quanto no “Sul”, de relações (sociais) de poder que, por sua vez, têm impactos diretos sobre a (prática da) distribuição de recursos e realização de projetos. Desta maneira pode-se explicar por que há, freqüentemente, divergências significativas entre objetivos e resultados da cooperação. Um exemplo é a meta dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), acordada numa resolução da Organização das Nações Unidas já em 1970, de inverter 0,7 por cento do produto nacional bruto anual para a cooperação para o desenvolvimento (até agora apenas um pequeno número de países atingiram essa meta). No entanto, durante anos os fundos para a cooperação para o desenvolvimento foram reduzidos em quase todos os países, e também foram distribuídos segundo critérios que não correspondem (apenas) às metas de desenvolvimento previstas, mas também aos interesses econômicos e estratégicos dos doadores. Neste contexto, abordamos a questão conclusiva do impacto que os processos de globalização exercem sobre a cooperação para o desenvolvimento.

Das políticas de ajustamento estrutural à política estrutural global

Para entender a situação atual é preciso entender como surgiu a (idéia da) chamada “ajuda ao desenvolvimento”. Ela surgiu da ajuda estadunidense à reconstrução para as economias devastadas

da Europa após o final da Segunda Guerra Mundial (Plano Marshall), modelo de ajuda que deveria fortalecer a aliança do Ocidente contra o Leste (comunista) e que deveria criar parceiros comerciais confiáveis para a economia estadunidense crescente. A experiência do “milagre econômico”, que foi muito positiva para todos os partidos - incluindo os Estados Unidos – serviu de impulso para a ajuda à África, Ásia e América Latina. O objetivo era um desenvolvimento recuperador a exemplo dos países industrializados ocidentais. No entanto, foi um longo caminho desde os começos da cooperação, pelos quais se prometeu apoio à criação de instituições independentes e de infra-estrutura nas colônias recém-independentes na década de 1950 e 1960, até a atual política de cooperação em contextos globais.

O contexto geopolítico determinou as políticas da cooperação para o desenvolvimento em todos os momentos. Durante a Guerra Fria, essas políticas serviram aberta ou dissimuladamente para assegurar esferas de influência, e estiveram imersas nas políticas externas e econômicas dos países doadores. Para os governos dos países em desenvolvimento, essa situação ofereceu, pelo menos, algum poder de barganha, porque eles podiam, no caso que se comportaram conforme o sistema, ser (re)compensados com uma generosa assistência ao desenvolvimento. Porém, com o fim do conflito Leste-Oeste, os interesses político-estratégicos dos doadores mudaram, e a cooperação para o desenvolvimento caiu numa grave crise de legitimação.

Já desde as primeiras grandes crises das dívidas nos anos 1980, considerações econômico-políticas e de segurança ganharam importância na cooperação para o desenvolvimento, sob a liderança das duas principais instituições financeiras internacionais: o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Tratou-se de marcos pioneiros da globalização. Uma política designada desde 1990 como “Consenso de Washington” visava um elevado grau de liberalização e desregulamentação dos mercados nos países em desenvolvimento, visando uma retirada do Estado da vida econômica, e queria, através disso, contribuir para uma estabilização macroeconômica. Como instrumento para a aplicação de condições de economia de mercado serviram os programas de ajustamento estrutural da economia, em troca dos quais os governos dos países em desenvolvimento foram forçados à concessão de empréstimos. As dívidas externas extremas e o colapso econômico de muitos países em desenvolvimento desde o final dos anos 1980 serviram como justificativa para a execução de reformas econômicas drásticas.

Só no final da década de 1990 percebeu-se que os ajustes estruturais causaram, em muitos casos, o colapso da produção local não-competitiva, um dramático agravamento da pobreza (generalizada) e, conseqüentemente, levou à desestabilização política – o que foi percebido, mesmo pelas próprias instituições financeiras de Washington, como contraproducente. Em razão disso surgiu, com a virada do milênio, a idéia de um conjunto de oito objetivos mensuráveis de desenvolvimento, as chamadas Metas de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas; o primeiro desses objetivos prevê, até 2015, a redução pela metade do número de pessoas com fome e em situação de pobreza.

A política de desenvolvimento alemã também buscou, de acordo com o discurso internacional do desenvolvimento, uma reorientação conceitual, incentivada pela mudança de governo em 1998. O objetivo da política de desenvolvimento declarada como “política estrutural global” é de mudar estruturas internacionais em níveis diferentes, de modo que seja criado um ambiente mais favorável para o desenvolvimento sustentável. A luta contra a pobreza neste conceito é uma prioridade de topo (Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento, 2001). Parte-se da idéia de que a pobreza seria causada por falta de integração global; através de crescimento econômico, orientação à exportação e maior integração dos países em desenvolvimento no mercado mundial, pretende-se reduzir a pobreza e aumentar a renda de grandes partes da população em países subdesenvolvidos.

Na discussão teórica sobre o desenvolvimento, o conceito de “política estrutural global” é bastante controverso, porque a alegada reorientação mostra claro paralelismo com idéias antigas/ anteriores da teoria da modernização que visa o desenvolvimento através de um crescimento recuperador. Desde a perspectiva da teoria do desenvolvimento fragmentador, as causas centrais da

pobreza não são (apenas) a exclusão dos países em desenvolvimento, mas uma integração determinada pela (dinâmica da) concorrência global descontrolada. Se isso for verdade, o desenvolvimento recuperador e suas respectivas políticas de desenvolvimento seriam condenados ao fracasso!

Prioridades e países parceiros da cooperação alemã para o desenvolvimento

As políticas de cooperação para o desenvolvimento realizam-se no contexto de objetivos e interesses conflitantes, fatores que afetam a escolha de prioridades e regiões para a “cooperação”. Desde 1990, a Alemanha gastou, no âmbito de sua cooperação oficial bilateral para o desenvolvimento (Official Development Assistance, ODA),⁸ cada vez mais para os ex-países socialistas em transformação, enquanto que os países da África subsaariana e especialmente no Médio Oriente tendem a receber menos (Figura 7).

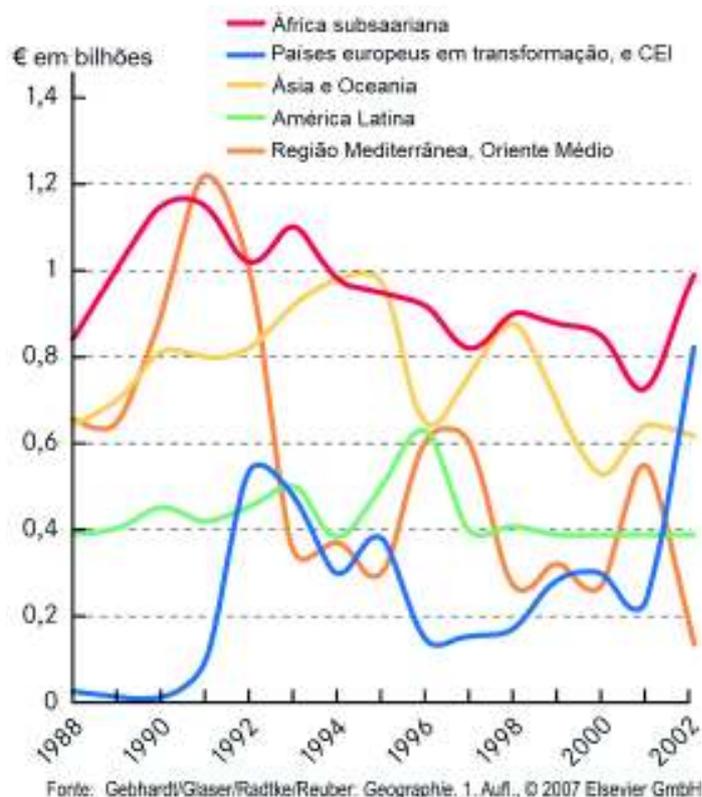


Figura 7 – Distribuição regional da cooperação alemã para o desenvolvimento 1988 – 2002 (Fonte: Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento da Alemanha, 2004)

A República Federal da Alemanha concentra sua cooperação técnica e financeira em determinados países prioritários e parceiros (Figura 8), que são apoiados diferentemente em função do seu estatuto. A seleção é baseada não apenas no critério da pobreza, o que teoricamente deveria ser o caso, mas também em outras considerações estratégicas e em interesses econômicos. Desta maneira, países-chave como Egito, Brasil, China e Índia recebem, de alguns anos para cá, uma atenção especial, porque se espera que, num futuro próximo, estes países possam ganhar uma maior influência sobre desenvolvimentos regionais, bem como sobre a política internacional, ou simplesmente porque eles são importantes parceiros comerciais (WIECZOREK-ZEUL 2005). Isso mostra que a política da cooperação alemã para o desenvolvimento deve, nas condições da globalização, cumprir exigências opostas: por um lado, a política responde às exigências da realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio a fim de (ajudar a) reduzir a pobreza global; por outro lado, ela sustenta processos da globalização e do aumento da concorrência - processos que são contrários aos ideais de um desenvolvimento sustentável e equitativo.

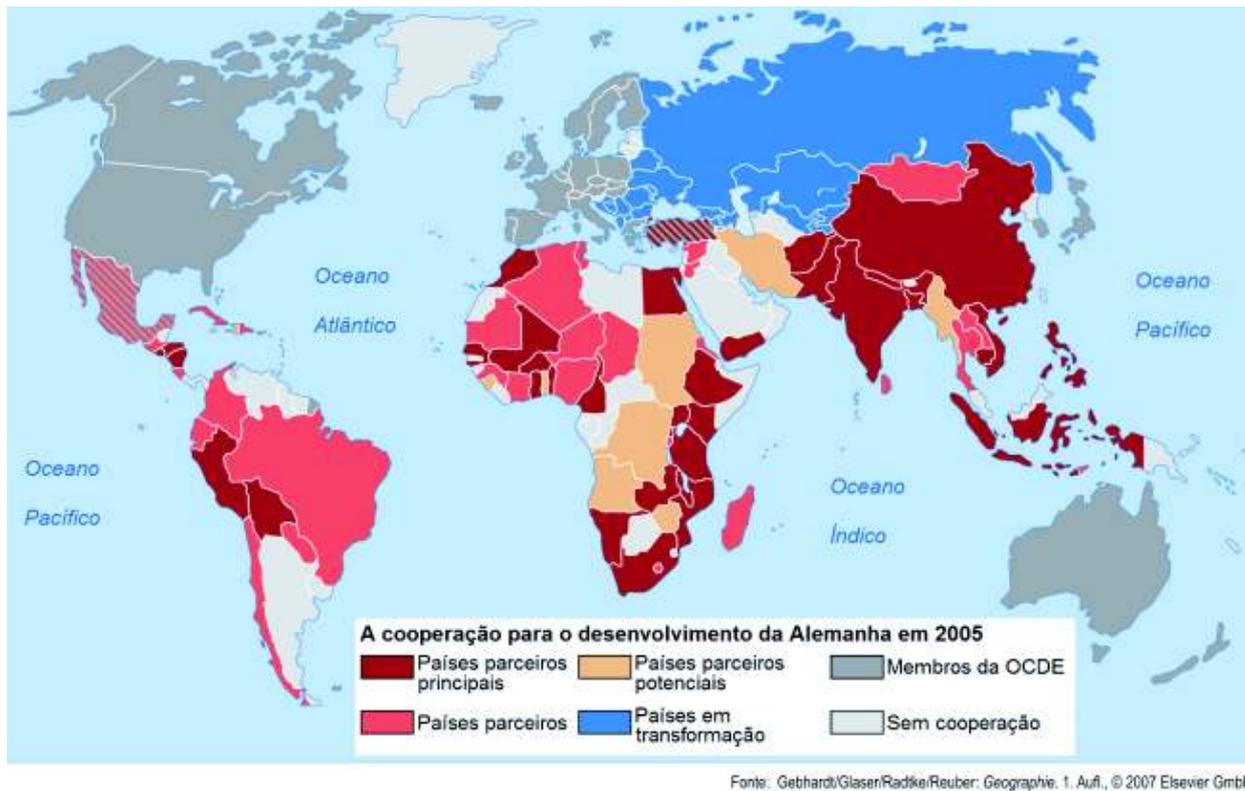


Figura 8 – Prioridades da cooperação alemã para o desenvolvimento (Fonte: www.bmz.de 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da concorrência ilimitada, o mundo funde-se e fragmenta-se ao mesmo tempo: o “Norte” e o “Sul” (os países desenvolvidos e em desenvolvimento, respectivamente) não são, sob condições da globalização, distinguíveis como grandes espaços, mas eles são divididos em fragmentos que, muitas vezes, se encontram em estreita vizinhança espacial. O “novo Sul” não apenas inclui as áreas de pobreza na África e na Ásia, mas também os bairros industriais “colapsados” no Leste da Alemanha, os bairros de imigrantes em metrópoles ocidentais ou as cidades atrofiadas na periferia européia. Apesar de a extensão da pobreza entre todas essas regiões poder ser muito diferente, todas elas têm algo em comum: elas são excluídas dos processos da concorrência global e da conseqüente acumulação de capital; elas servem apenas como espaços-reserva e como armazéns de matéria-prima.

O paradoxo da globalização é particularmente evidente frente aos efeitos da migração e ao surgimento de espaços sociais transnacionais. Enquanto os defensores da globalização preconizam repetidamente a crescente interdependência global e a superação das fronteiras, a oposição à migração que se manifesta nas fronteiras externas da União Européia pretende construir novas fronteiras. A partir da contradição entre desfronteirização e restauração de fronteiras surgem enormes problemas políticos internos nas sociedades dos países-alvo da migração global, problemas que não poderão ser resolvidos por soluções simplistas. A exclusão/isolação não serve, pois o “Sul” já chegou ao “Norte”. Mas uma política de integração no velho estilo que queria, em primeiro lugar, assimilar os imigrantes, não serve tampouco, porque cada vez mais imigrantes se defendem contra o que eles percebem/consideram como heteronomia cultural. As sociedades européias serão obrigadas a se transformar elas mesmas, e elas devem, particularmente, aprender a lidar com as novas imagens/padrões espaciais da globalização.

NOTAS

- (1) Em alemão globales Koordinatensystem der Entwicklung. N.T.
- (2) O autor refere-se a uma figura que mostra a crescente disparidade de renda entre os países, disponível em <<http://retro.seals.ch/digbib/view?rid=ghl-004:2003:58::11>> (eixo vertical: PIB per capita; eixo horizontal: ano). Acesso em: 3 Nov. 2009. N.T.
- (3) O autor remete a um mapa-múndi que mostra as disparidades de IDH: a figura „24.3.2 Human Development Index 2003“ que se encontra em: BOHLE Hans-Georg. Sozialwissenschaftliche und humangeographische Bezüge der Geographischen Entwicklungsforschung. In: Geographie: Physische Geographie und Humangeographie. München: Spektrum, 2007. p. 802. N.T.
- (4) Em alemão Globale Enteignungsökonomie; nesse contexto, o autor remete a David Harvey (2004). N.T.
- (5) Autoridade estatal para o desenvolvimento de Bangalore. N.T.
- (6) Em alemão ausgegrenzte Restwelt. N.T.
- (7) Em alemão weltweite kulturelle Plattentektonik. N.T.
- (8) Em alemão bilaterale öffentliche Entwicklungszusammenarbeit. N.T.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALEMANHA. Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ). **Armutsbekämpfung – eine globale Aufgabe**: Aktionsprogramm 2015: Der Beitrag der Bundesregierung zur weltweiten Halbierung extremer Armut. Bona, Berlin, 2001. 54 p. Disponível em: <http://www.bmz.de/de/service/infothek/fach/materialien/ap2015_kurz.pdf> Disponível em inglês: <<http://www.bmz.de/en/service/infothek/fach/materialien/materialie108.pdf>> Versão espanhola abreviada: <<http://saludpublica.bvsp.org.bo/textocompleto/npadep268.pdf>> Acesso em: 3 Nov. 2009.
- ALTVATER Elmar, MAHNKOPF Birgit. **Globalisierung der Unsicherheit**: Arbeit im Schatten, schmutziges Geld und informelle Politik. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2002.
- BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2006**: Equidade e Desenvolvimento. Washington, DC, 2005. Disponível em: <<http://go.worldbank.org/XP2234QDV0>> Acesso em: 3 Nov. 2009.
- BECK Ulrich. **O que é Globalização ?** equívocos do globalismo; respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- DITTRICH Christoph. Bangalore: Globalisierung und Überlebenssicherung in Indiens Hightech-Kapitale. **Studien zur Geographischen Entwicklungsforschung**, Saarbrücken, v. 25, 2004.
- DÖRFLER Thomas, GRAEFE Olivier, MÜLLER-MAHN Detlef. Habitus und Feld: Anregungen für eine Neuorientierung der geographischen Entwicklungsforschung auf der Grundlage von Bourdieus „Theorie der Praxis“. **Geographica Helvetica**, v. 58, p.11-23, 2003. Disponível em: <<http://retro.seals.ch/digbib/view?rid=ghl-004:2003:58::19>>. Acesso em: 3 Nov. 2009.
- HARVEY David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.
- HUNTINGTON Samuel. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- KÖSSLER Reinhart. **Entwicklung**. Münster: Westfälisches Dampfboot, 1998.
- MENZEL Ulrich. **Globalisierung versus Fragmentierung**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1998.
- MÜLLER-MAHN Detlef. Ägyptische Migranten in Paris: Transnationale Migration und die Relativierung des Lokalen. **Geographische Rundschau**, v. 10/2002. p. 40-44.
- MÜLLER-MAHN Detlef. Sansibar und der Wandel arabischer Händler-Netzwerke in Ostafrika. **Geographische Rundschau** 11/2005. p. 32-40.
- NOHLEN Dieter, NUSCHELER Franz. Was heisst Entwicklung? In: NOHLEN D., NUSCHELER F. (org.) **Handbuch der Dritten Welt**, v. 1: Grundprobleme, Theorien, Strategien. Bona: Dietz, 1993, p. 55-75.
- NUSCHELER Franz. **Lern- und Arbeitsbuch Entwicklungspolitik**. Bona: Dietz, 2004.

- PRIES Ludger. Transnationale soziale Räume. In: Beck, Ulrich (org.). **Perspektiven der Weltgesellschaft**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1998. p. 55-86.
- PNUD (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO). **Relatório de Desenvolvimento Humano 2005**: cooperação internacional numa encruzilhada: ajuda, comércio e segurança num mundo desigual. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2005/chapters/portuguese/>> Acesso em: 3 Nov. 2009.
- SCHOLZ Fred. Perspektiven des „Südens“ im Zeitalter der Globalisierung. **Geographische Zeitschrift**, 1/2000, p.1-20.
- SCHOLZ Fred. Die Theorie der „fragmentierenden Entwicklung“. **Geographische Rundschau**, 10/2002, p. 6-11.
- SCHOLZ Fred. **Geographische Entwicklungsforschung**. Berlin/Estugarda: Borntraeger, Studienbücher der Geographie, 2004.
- SWYNGEDOUW Erik. Neither Global nor Local: „Glocalization“ and the Politics of Scale. In: COX Kevin R. (org.) **Spaces of Globalization**: Reasserting the Power of the Local. Nova Iorque: Guilford Press, 1997. p. 137-166.
- WIECZOREK-ZEUL Heidemarie. Partner für globale Entwicklung. **Zeitschrift für Entwicklung und Zusammenarbeit E+Z**, 5/2005. p. 204-206. Disponível em: <http://www.inwent.org/E+Z/content/archiv-ger/05-2005/trib_art1.html> Acesso em: 3 Nov. 2009.
- ZELLER Christian. Ein neuer Kapitalismus und ein neuer Imperialismus? In: _____ (org). **Die globale Enteignungsökonomie**. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2004. p. 61-125.
- ZIAI Aram. **Globalisierung als Chance für Entwicklungsländer?**: Ein Einstieg in die Problematik der Entwicklung in der Weltgesellschaft. Münster: LIT, 2000.

Trabalho enviado em outubro de 2009
Trabalho aceito em dezembro de 2009